CONTRATAÇÃO (Nº da UASG - Nº no Portal Compras Governamentais):
984445 - 144/2026

PROCESSO LICITATÓRIO:
290/2026

PREGÃO ELETRÔNICO
122/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS (984445)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE INSTRUMENTAIS E MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO, COM ÊNFASE EM PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA, DESTINADOS AO CEO – CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS INDICADOS NO ANEXO I E TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R$ 364.623,22

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

24/11/2026 às 9h (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA

ABERTO E FECHADO

EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

LICITAÇÃO COM 35 LOTES EXCLUSIVOS E 1 LOTE DE AMPLA CONCORRÊNCIA

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

GUIA PARA O FORNECEDOR (ÚTIL PARA EMPRESAS QUE VÃO PARTICIPAR PELA 1ª VEZ):

https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

PEFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

CONTRATAÇÃO (Compras Governamentais) Nº 144/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Divinópolis, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado na Av. Paraná, nº 2.601, nesta cidade, realizará licitação, para realizar registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 15.995/2023, do Decreto Municipal nº 15.980/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto desta licitação o registro de preços para aquisições futuras e eventuais de instrumentais e materiais de consumo odontológico, com ênfase em produtos específicos para odontologia especializada, destinados ao CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, da Secretaria Municipal de Saúde do município de Divinópolis/MG, conforme especificações e quantitativos indicados no Anexo I e Termo de Referência do Edital.

1.2 – A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do **Anexo I**, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3 – Qualquer divergência entre as informações lançadas na plataforma eletrônica em relação a sequência, descritivos dos itens, quantidades e valores deste edital, prevalecerá às informações contidas no ANEXO I do edital.

1.3.1 – As características e especificações dos itens descritas no Termo de Referência, são complementares aos descritivos contidos no Anexo I e devem ser observadas.

2 – DO REGISTRO DE PREÇO

2.1 – As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

3.2 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), doravante referidos como MPE, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.6 – Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 – Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.6.3 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários

3.6.4 – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.6.7 – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 – Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6.11 – Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

3.6.12 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.7 – O impedimento de que trata o item **3.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.6.2** e **3.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 – O disposto nos itens **3.6.2** e **3.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.12 – A vedação de que trata o item **3.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Distribuição do Objeto em Razão do Enquadramento Fiscal

3.13 – Em atendimento ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, nesta licitação todos os lotes serão reservados a participação exclusiva de MPEs, **com exceção do lote 24 do Anexo I**, que será destinado à ampla concorrência, permitindo a participação de todas as empresas interessadas, inclusive MPEs.

3.13.1 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às MPE que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.14 – Todas as empresas interessadas poderão participar no lote de ampla concorrência (**Lote 24 – Anexo I**), inclusive as que se enquadrem como MPE.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 – Os licitantes registrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sua proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

4.3.1 – Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 – Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 – Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5 - Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

4.4 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 – O fornecedor enquadrado como MPE deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5.1 – No item exclusivo para participação de MPE, a assinalação do campo “Não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.2 – Nos itens em que a participação não for exclusiva para MPE, a assinalação do campo “Não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.3 – Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.3.1 – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.3.2 – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3.3 – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.3.4 – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.3.5 – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.3.6 – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.3.7 – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.3.8 – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.3.9 – Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.3.10 – constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.3.11 – cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6 – O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 – Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 – A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 – Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 – Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2 – Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

4.12 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.15 - O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, **quando for o caso**, para usufruir do benefício.

4.16 - A falsidade das declarações tratadas nos itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.17 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 – Valor unitário e total do lote;

5.1.2 – Marca/Nome comercial e modelo;

5.1.3 – Fabricante;

5.1.4 – Quantidade cotada, devendo ser igual à quantidade máxima prevista para a contratação.

5.1.5 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo I e indicando, no que for aplicável, o modelo, apresentação, prazo de validade ou de garantia, número do registro do produto na ANVISA ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.2.1 – O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.3.1 – Os preços unitários cotados pelos licitantes poderão possuir até **2 (duas) casas decimais**, desde que o valor total do lote seja composto de 02 (dois) algarismos.

5.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

5.5 – Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, contados da apresentação.

5.7.2 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.7.3 – Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

5.8 – O descumprimento dessas normas pela Administração Municipal ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5.9 – Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10 – Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1 – Será desclassificada a proposta que identifique o licitante antes fase final de lances.

6.2.2 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2.4 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

6.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3.1 – A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes será exclusivamente via chat da plataforma eletrônica.

6.4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 – O lance deverá ser ofertado pelo menor valor global do lote, para os lotes compostos por mais de um item, e pelo menor valor unitário, para os lotes compostos por apenas um item, observada, em ambos os casos, a configuração estabelecida na plataforma Compras.gov.br. Pela configuração da plataforma, os lances dos lotes compostos por mais de um item, serão disputados primeiro.

6.5.1 – O lance para o grupo será feito em tela diferente da tela principal do envio de lances, para cada item do grupo. O lance vencedor será o menor lance na soma total dos itens do grupo.

6.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01.**

6.9 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 – Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 – Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 - Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4 – No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.5 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nos itens 6.11.2 e 6.11.3, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

6.11.6 – Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.18 – Ao final da fase de lances, **se for o caso**, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18.1 – Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.18.2 – Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19 – Em relação a itens não exclusivos para participação de MPE, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MPEs participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.19.1 – Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2 – O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3 – Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4 – A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.20.1.1 – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2 – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3 – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4 – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1 – Empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2 – Empresas brasileiras;

6.20.2.3 – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

6.20.2.4 – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

6.20.3 – Caso não seja possível o desempate observando os critérios anteriores, a plataforma eletrônica promoverá o sorteio do item entre as propostas empatadas.

6.21 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 – Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.2 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4 – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5 – O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da documentação de habilitação e técnica, e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

6.21.6 – O Pregoeiro, a seu critério, poderá solicitar concomitantemente a proposta realinhada dos demais classificados para julgamento técnico.

6.21.7 – É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 – SICAF;

7.1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

7.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e

7.1.4 – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:2:107185452077464::NO:2::).

7.1.5 – Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

7.2 – A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 – A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

7.3.2 – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 – Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 – Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 – Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 – No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.8 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.9 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1 – Contiver vícios insanáveis;

7.9.2 – Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;

7.9.3 – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4 – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5 – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10.1 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.10.2 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

7.10.3 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.3.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.3.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 – Caso o **Termo de Referência** exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no **Termo de Referência**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14 – Os interessados a acompanharem a análise e julgamento técnico das amostras deverão se manifestar, após a convocação, na fase de julgamento técnico, via chat da plataforma eletrônica onde acontecerá o certame.

7.15 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no **Termo de Referência**.

8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 – Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1 – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por cópia.

8.3 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4 – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5.1 – O pregoeiro poderá solicitar, a título de diligência, a apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social disponível em https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/.

8.6 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7 – A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.8 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9 – A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta realinhada, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro, que se dará após a fase de disputa, primando pelos princípios da celeridade e da eficácia, devendo ser observados os ritos legais não alterando a ordem das fases.

8.10 – A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1 – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11 – Após a entrega dos documentos para habilitação dentro do horário previsto, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64, e IN SEGES 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1 – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2 – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas,

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14 – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15 – O licitante enquadrado como MPE deverá anexar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.16 – Para fins de **Habilitação Jurídica**, será verificado se o licitante apresentou, de acordo com o seu enquadramento:

8.16.1 – **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.16.2 – **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no portal https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.

8.16.3 – **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.16.4 – **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.

8.16.5 – **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.16.6 – **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.16.7 – **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.

8.16.8 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.17 – Para fins de **Habilitação Fiscal, Social, e Trabalhista** será verificado se o licitante apresentou:

8.17.1 – Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

8.17.2 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço **(FGTS)**.

8.17.3 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

8.17.4 – Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17.5 – Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17.6 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.7 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18 – Para fins de **Habilitação Econômico-Financeira** será verificado se o licitante apresentou:

8.18.1 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sua sede nos termos do art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.18.1.1 – No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.18.1.2 – Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

8.19 – Para fins de **Habilitação Técnica**, será verificado se o licitante apresentou os documentos eventualmente exigidos no Termo de Referência.

8.20 – Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias corridos**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1 – A Ata de Registro de Preços será assinada digitalmente através do sistema de gestão da Prefeitura de Divinópolis, o Betha Cloud.

9.1.2 – O documento será enviado ao fornecedor via sistema Betha Assinatura e a notificação será enviada via e-mail juntamente com o manual de instrução para cadastro e validação de assinatura.

9.2 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

9.3 – Termo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.4 – A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.5 – Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no **Termo de Referência**, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.6 – O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.7 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.8 – Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.9 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados para mais ou para menos conforme a realidade do mercado e conforme as disposições dos artigos 22 a 24 do Decreto Municipal nº 15.995/2023 e conforme a Minuta de Ata de Registro de Preços.

9.9.1 – Caso a Ata de Registro de preço seja prorrogada e que tenha passado 12 meses da proposta, o valor poderá ser reajustado através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, devendo ser aplicado aquele índice que apresentar o menor índice de variação no período apurado, e que o valor reajustado seja mais vantajoso para a Administração e esteja dentro do preço praticado no mercado.

9.10 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada total ou parcialmente nas hipóteses previstas nos artigos 25 e 26 do Decreto Municipal nº 15.995/2023 e conforme a Minuta de Ata de Registro de Preços.

10 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 – Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 – Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 – Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 – A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

10.3.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 – Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 25 e art. 26 do Decreto Municipal nº 15.995/2023.

10.4 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 – Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 – DOS RECURSOS

11.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 – O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3.2 – O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.

11.3.3 – O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

12 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

12.1.2 – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 – Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 – Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 – Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 – Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 – Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

12.1.3 – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.3.1 – Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.4 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5 – Fraudar a licitação.

12.1.6 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 – Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

12.1.6.2 – Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

12.1.6.3 – Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7 – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8 – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

12.2 – Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 – Advertência.

12.2.2 – Multa.

12.2.3 – Impedimento de licitar e contratar.

12.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 – As peculiaridades do caso concreto.

12.3.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

12.3.4 – Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 – A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 – Para as infrações previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 – Para as infrações previstas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

12.10 – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

12.14 – A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15 – Além das sanções previstas neste tópico, aplicam-se ao fornecedor, na execução da contratação, as multas previstas na **Cláusula 11** da Minuta de Ata de Registro de Preços.

13 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por correio eletrônico no endereço preletronico@gmail.com.

13.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 – DA GESTÃO DO CONTRATO, FORMA DE FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 – O órgão responsável pela gestão e controle do Contrato decorrente desta licitação será a Prefeitura de Divinópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), na pessoa do servidor indicado no **Termo de Referência**.

14.2 – Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

14.3 – Os fornecimentos serão requisitados de forma parcelada e eventual, enquanto a Ata de Registro de Preços estiver vigente, por meio de **Solicitação de Fornecimento** a ser encaminhada via *e-mail*.

14.4 – A entrega deverá ser efetuada no prazo e condições mencionados no **Termo de Referência**.

14.5 – A entrega será efetuada no local mencionado no **Termo de Referência** ou, eventualmente, em local diverso a ser especificado na **Solicitação de Fornecimento** limitado à circunscrição do município.

14.6 – Reserva-se à Administração o direito de não receber produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a contratação e aplicar as sanções estipuladas.

14.7 – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas produtos em que se verifiquem irregularidade.

14.8 – A Prefeitura de Divinópolis, através do servidor indicado no **Termo de Referência**, exercerá a fiscalização da execução do objeto deste certame e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.9 – As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura de Divinópolis em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto do contrato.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

14.10 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15 – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DOS PAGAMENTOS

15.1 – As despesas correspondentes à execução do objeto contratado correrão por conta das secretarias municipais da Prefeitura de Divinópolis, através das dotações para o exercício de 2026 e seguintes que serão especificadas nas futuras **Solicitações de Fornecimento**, conforme elemento(s) de despesa(s) discriminado(s) a seguir:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
3.3.90.30.00	Material de Consumo
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita

15.2 – Os pagamentos serão realizados por meio de **boleto bancário**, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e indicação do número da **Solicitação de Fornecimento** correspondente, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a entrega dos materiais, a emissão da Nota Fiscal e sua regular liquidação pelo(s) servidor(es) competente(s), observada a prévia emissão da **Solicitação de Fornecimento** e do **Empenho**.

15.3 – Os pagamentos serão realizados por meio de **boleto bancário**, razão pela qual a empresa deverá apresentar o respectivo boleto juntamente com a Nota Fiscal e informar o número da **Solicitação de Fornecimento** que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

15.4 – Caso ocorra atraso no pagamento o mesmo sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, devendo ser aplicado aquele índice que apresentar o menor índice de variação no período apurado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.5 – Para recebimento dos pagamentos a empresa contratada fica obrigada a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS, CNDT e com a Fazenda Municipal de sua sede.

15.6 – A Nota Fiscal deverá ser entregue pelo licitante vencedor, diretamente ao representante da Administração Municipal, que somente atestará a entrega dos materiais/execução dos serviços e liberação da referida Nota Fiscal c para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

15.7 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Divinópolis.

15.8 – Conforme Decreto Municipal nº 15.680/2023 e orientações das Instruções Normativas RFB nº 2.145/2023 e nº 1.234/2012 e Anexos I a V, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou a prestação de serviços, pelos órgãos da administração pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

15.8.1 – Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidas à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda, conforme disposto no anexo I da IN RFB nº 1234/2012, salvo hipóteses em que não haverá retenções de acordo com seu art. 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

15.8.2 – Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informadas no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de "Informações Complementares".

15.8.3 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

16 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 – Não haverá exigência de garantia de execução para a futura contratação.

17 – DO DOMICÍLIO MUNICIPAL ELETRÔNICO (DME)

17.1 – A licitante participante deste certame ou que vier a formalizar a ata de registro de preço deverá providenciar o seu cadastramento no Domicílio Municipal Eletrônico (DME), instituído pela Lei Municipal nº 9.475/2024, por meio do endereço eletrônico dme.divinopolis.mg.gov.br.

17.1.1 – As instruções e procedimentos para adesão e uso da plataforma constam no Manual do DME, disponível em: https://consulta-documentos.plataforma.betha.cloud/#/d/NzU1YjgxYjAtNjI0ZS00YzRjLTgzOTYtNDg3MTk1ZDYyM2Iz.

17.1.2 – Caso a licitante ou contratada não realize o autocadastramento, fica o Município plenamente autorizado a efetivar o cadastramento de ofício, cujos efeitos jurídicos e a validade das comunicações vigorarão a partir da data de realização do cadastramento de ofício.

17.2 – Uma vez cadastrada a empresa, todas as comunicações, notificações, intimações decorrentes da execução contratual serão realizadas por meio do DME, dispensando-se a via postal, pessoal ou publicação no Diário Oficial, conforme o art. 4º da Lei Municipal nº 9.475/2024.

17.3 – É de inteira responsabilidade da empresa manter seus contatos atualizados e acompanhar regularmente sua caixa postal no DME. A comunicação considerar-se-á realizada no dia da consulta pelo usuário ou, automaticamente, após o decurso do prazo de 10 (dez) dias corridos contados do envio (ciência tácita), nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 9.475/2024.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

18.4 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10 – As cláusulas referentes às **obrigações pertinentes à LGPD, à legislação anticorrupção e à responsabilidade socioambiental** encontram-se devidamente previstas na minuta da ata de registro de preços ou contrato, conforme o caso, constante como anexo deste edital.

18.11 – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e endereços eletrônicos www.comprasnet. gov.br e www.divinopolis.mg.gov.br.

18.12 – Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução da Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13 – O Edital, Termo de Referência, minutas, planilhas, anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si.

18.14 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.14.1 – Anexo I – Relatório de Especificação e Estimativa de Preço.

18.14.2 – Anexo II – Modelo de Proposta.

18.14.3 – Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

18.14.4 – Termo de Referência.

Divinópolis, novembro de 2026.

SHEILA SALVINO

Secretária Municipal de Saúde

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

ANEXO I
RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 01 - PLACA DE FÓSFORO Nº 0 E CAPA						
1	300,000	UN	81150006832509 CAPA - Capa protetora para placa de fósforo nº 0, confeccionada em material plástico, compatível com placa de imagem tamanho nº 0.		2,8300	849,00
4	20,000	UN	PLACA DE FÓSFORO - Placa de imagem reutilizável (placa de fósforo fotoestimulável) Nº 0, com dimensões aproximadas de 22 x 35 mm. Acondicionada em material que garanta a integridade do produto.		544,4300	10.888,60
					Total Lote:	**R$11.737,60**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 02 - PLACA DE FÓSFORO Nº 2 E CAPA						
2	300,000	UN	81150006832509 CAPA - Capa protetora para placa de fósforo nº 2, confeccionada em material plástico, compatível com placa de imagem tamanho nº 2.		1,7800	534,00
5	20,000	UN	PLACA DE FÓSFORO - Placa de imagem reutilizável (placa de fósforo fotoestimulável) Nº 2, com dimensões aproximadas de 24 x 40 mm. Acondicionada em material que garanta a integridade do produto.		515,2200	10.304,40
					Total Lote:	**R$10.838,40**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 03 - PLACA DE FÓSFORO Nº 3 E CAPA						
3	300,000	UN	81150006832509 CAPA - Capa protetora para placa de fósforo nº 3, confeccionada em material plástico, compatível com placa de imagem tamanho nº 3.		2,3100	693,00
6	20,000	UN	PLACA DE FÓSFORO - Placa de imagem reutilizável (placa de fósforo fotoestimulável) Nº 3, com dimensões aproximadas de 27 x 54 mm, destinada à aquisição de imagens radiográficas odontológicas digitais. Acondicionada em material que garanta a integridade do produto.		654,9100	13.098,20
					Total Lote:	**R$13.791,20**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 04 - CERA						
7	130,000	CX	CERA Nº 7 - Cera Odontológica Nº		23,4500	3.048,50

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

7, em lâminas. Caixa contendo 18 lâminas embaladas individualmente.

Total Lote: R$3.048,50

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 05 - LIMA MANUAL						
8	20,000	CX	LIMA K Nº 8 – 25MM - Lima endodôntica manual tipo K nº 8, comprimento 25 mm, confeccionada em aço inoxidável, com características de resistência e flexibilidade. Caixa com 06 unidades.		15,2400	304,80
9	40,000	CX	LIMA K Nº 10 – 25mm - Lima endodôntica manual tipo K nº 10, comprimento 25 mm, confeccionada em aço inoxidável, com características de resistência e flexibilidade. Caixa com 06 unidades.		16,8000	672,00
42	360,000	CX	81150006832513 LIMA - LIMA K Nº 10 – 31mm Lima endodôntica manual tipo K, nº 10, fabricada em aço inoxidável, com 31 mm de comprimento, com resistência e flexibilidade.		2,0900	752,40

Total Lote: R$1.729,20

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 06 - CONE DE PAPEL						
10	30,000	CX	CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº 50 - Cone de papel absorvente nº 50, estéril, calibrado, comprimento de 28 mm. Uso único. Caixa com 120 unidades.		30,1500	904,50
11	60,000	CX	CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº 40 - Cone de papel absorvente nº 40, estéril, calibrado, comprimento de 28 mm. uso único. Caixa com 120 unidades.		31,0200	1.861,20
12	50,000	CX	CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº 30 - Cone de papel absorvente nº 30, estéril, calibrado, comprimento de 28 mm, uso único Caixa com 120 unidades.		27,5500	1.377,50

Total Lote: R$4.143,20

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 07 - CONE DE GUTA PERCHA 28mm (ACESSÓRIO)						
13	50,000	CX	CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM – F - Cone de guta-percha, tipo F (Fino), com 28 mm de comprimento, destinado à utilização em procedimentos endodônticos. Caixa com 120 unidades.		31,0200	1.551,00
14	50,000	CX	CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRI O 2 8 MM – FM - Cone de guta-percha, tipo FM (Fino-		27,5300	1.376,50

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

			Médio), com 28 mm de comprimento, destinado à utilização em procedimentos endodônticos. Caixa com 120 unidades.			
15	50,000	CX	CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRI O 28 MM - M/ R5 - Cone de guta-percha, tipo M/R5 (Médio), com 28 mm de comprimento, destinado à utilização em procedimentos endodônticos. Caixa com 120 unidades.		29,7900	1.489,50
16	60,000	CX	CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM - R7 - Cone de guta-percha acessório tipo R7, comprimento 28 mm, destinado à utilização em procedimentos endodônticos. Caixa com 120 unidades.		39,7300	2.383,80

Total Lote: **R$6.800,80**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 08 - BROCAS						
17	20,000	CX	BROCA DE LENTULO 25MM – Nº30 - Broca endodôntica tipo Lentulo nº 30, comprimento 25 mm, confeccionada em aço inoxidável. Caixa com 04 unidades.		41,5400	830,80
18	10,000	CX	BROCA DE GATES Nº 1 - 32 MM CAIXA C/ 6 UNIDADES - Broca endodôntica tipo Gates, nº 1, fabricada em aço carbono, com 32 mm de comprimento, ponta guia com 19 mm e diâmetro da ponta de 0,50 mm. Caixa com 06 unidades.		39,2300	392,30
19	10,000	CX	BROCA DE GATES Nº 2 – 32 MM CAIXA C/ 6 UNIDADES - Broca endodôntica tipo Gates, nº 2, fabricada em aço carbono, com 32 mm de comprimento, ponta guia com 19 mm e diâmetro da ponta de 0,70 mm. Caixa com 06 unidades.		32,8400	328,40
47	60,000	UN	81150006832510 BROCA - BROCA DE GATES Nº 3 - 32MM Broca endodôntica tipo Gates, nº 3, fabricada em aço-carbono, com 32 mm de comprimento útil, ponta guia de 19 mm e diâmetro da ponta de 0,90 mm.		7,5900	455,40

Total Lote: **R$2.006,90**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 09 - LIMA ENDODÔNTICA EM NiTi 31mm						
20	30,000	CX	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA EM NÍQUEL-TITÂNIO (NiTi) – 31 MM - Lima endodôntica rotatória, fabricada em liga de níquel-titânio (NiTi), com 31 mm de comprimento, seção transversal triangular e instrumentos com diferentes diâmetros de ponta e conicidades,		233,8300	7.014,90

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

compreendendo: SX – 0,19 mm; S1 – 0,18 mm, conicidade 0,02; S2 – 0,20 mm, conicidade 0,04; F1 – 0,20 mm, conicidade 0,07; F2 – 0,25 mm, conicidade 0,08; F3 – 0,30 mm, conicidade 0,09. Conjunto contendo 06 unidades.

Total Lote: R$7.014,90

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 10 - CONDENSADOR ENDODÔNTICO						
21	10,000	CX	CONDENSADOR MCSPADDEN nº 55 - Condensador endodôntico acionado a motor, fabricado em aço inoxidável, com lâmina ativa em formato de cones invertidos superpostos, diâmetro da ponta ativa de 0,55 mm e encaixe tipo CA. Caixa com 04 unidades.		157,1100	1.571,10
22	8,000	CX	CONDENSADOR MCSPADDEN nº 60 - Condensador endodôntico acionado a motor, fabricado em aço inoxidável, com lâmina ativa em formato de cones invertidos superpostos, diâmetro da ponta ativa de 0,60 mm e encaixe tipo CA. Caixa com 04 unidades.		91,2400	729,92

Total Lote: R$2.301,02

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 11 - ISQUEIRO						
23	30,000	UN	ISQUEIRO GRANDE - Isqueiro manual, de acionamento mecânico, com chama pré-ajustada. Sistema de acionamento seguro e corpo confeccionado em material resistente, adequado ao uso do produto. Tamanho grande, com dimensões compatíveis com a categoria do produto. Unidade.		7,2900	218,70

Total Lote: R$218,70

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 12 - PLACA PARA MOLDEIRA						
24	160,000	UN	PLACA PARA MOLDEIRA - Placa rígida e transparente para confecção de moldeiras, confeccionada em polietileno tereftalato glicol (PET-G), com 2 mm de espessura. Formato quadrado ou redondo.		17,6400	2.822,40

Total Lote: R$2.822,40

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 13 – SILICONE DE CONDENSAÇÃO E CATALISADOR						
25	72,000	UN	SILICONE- - SILICONE DE CONDENSAÇÃO LEVE/FLUIDO Silicone de condensação para		64,2400	4.625,28

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

			moldagem odontológica, de consistência leve/fluida (Light Body), com características de alta elasticidade e recuperação elástica, compatível com materiais de confecção de modelos em gesso. Embalagem contendo 01 bisnaga com 120 g.			
26	4,000	UN	SILICONE- - SILICONE DE CONDENSAÇÃO PESADO/DENSO Silicone de condensação pesado/denso, tipo Putty, de alta viscosidade, para moldagem odontológica, com 1 kg de pasta densa.		85,6600	342,64
41	72,000	UN	81150006832512 CATALISADOR - CATALISADOR (SILICONE DE CONDENSAÇÃO) Catalisador para silicone de condensação, em pasta ou líquido, destinado à composição de silicone de condensação. Bisnaga contendo 50 g.		57,1500	4.114,80

Total Lote: **R$9.082,72**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 14 – BABADOR ODONTOLÓGICO E PRENDEDOR						
27	135.000,000	UN	BABADOR - Babador odontológico descartável, confeccionado em papel celulose 100% virgem, com filme de polietileno atóxico, de característica absorvente e impermeável. Dimensões aproximadas de 30 × 40 cm.		0,1800	24.300,00
28	140,000	UN	PRENDEDOR DE BABADOR - PRENDEDOR DE BABADOR JACARÉ COM CORRENTE Prendedor de babador tipo jacaré, com corrente, confeccionado em latão cromado.		5,4400	761,60

Total Lote: **R$25.061,60**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 15 – GRAMPO PARA ISOLAMENTO						
29	10,000	UN	GRAMPO Nº 14 A P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO - GRAMPO Nº 14 A P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO Grampo odontológico nº 14A para isolamento absoluto, confeccionado em aço inoxidável, com garras para retenção e adaptação cervical. Autoclavável.		13,0400	130,40
30	10,000	UN	GRAMPO Nº W8A P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO - GRAMPO Nº W8A P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO. Grampo odontológico nº W8A para isolamento absoluto, confeccionado em aço inoxidável, sem asa, com garras para retenção e adaptação cervical. Autoclavável.		13,6000	136,00

Total Lote: **R$266,40**

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

PREFEITURA MUNICIPAL DIVINOPOLIS

RELATÓRIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO - LOTE

CNPJ: 18.291.351/0001-64 **Telefone: (37) 3229-8100**
AVENIDA PARANÁ, 2601
CEP: 35501-170 - Divinópolis MG

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 122/2026 - PE

Processo Administrativo: **290/2026**
Data do Processo: **20/10/2026**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 16 – CLOREXIDINA						
31	150,000	FR	CLOREXIDINA 0,12% 250 ML. - CLOREXIDINA 0,12% 250 ML. Solução aquosa de digluconato de clorexidina a 0,12%, sem álcool, sabor menta. Frasco contendo 250 mL.		6,5100	976,50
					Total Lote:	**R$976,50**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 17 – GEL LUBRIFICANTE						
32	50.000,000	UN	GEL LUBRIFICANTE INTIMO - SACHÊ 5g - GEL LUBRIFICANTE INTIMO – SACHÊ 5g Gel lubrificante íntimo à base de água, em gel, composto por hidroxietilcelulose, propilenoglicol, metilparabeno e água, com pH neutro, hidrossolúvel, não gorduroso, incolor, inodoro, Sachê individual contendo 5 g.		0,6700	33.500,00
					Total Lote:	**R$33.500,00**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 18 – CONE DE GUTA PERCHA 34mm (ACESSÓRIA)						
33	1.040,000	UN	81150006832516 CONE - CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIA 34 MM – FM/R4 Cone de guta-percha, tipo FM (fino-médio), com 34 mm de comprimento e conicidade/taper compatível com a especificação R4.		0,9000	936,00
34	1.040,000	UN	81150006832516 CONE - CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 34 MM - M/ R5 Cone de guta-percha, tipo M (médio), com 34 mm de comprimento e conicidade/taper compatível com a especificação R5.		0,9000	936,00
					Total Lote:	**R$1.872,00**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 19 – AVENTAL PLUMBÍFERO E PROTETOR DE GÔNODAS						
35	8,000	UN	AVENTAL - AVENTAL PLUMBÍFERO INFANTIL COM PROTETOR DE TIREOIDE Avental plumbífero infantil, para proteção radiológica, confeccionado em borracha plumbífera, com equivalência em chumbo de 0,25 mm Pb, protetor de tireoide, fechamento em velcro e dimensões aproximadas de 60 × 50 cm.		473,6700	3.789,36
36	10,000	UN	AVENTAL - AVENTAL PLUMBÍFERO ADULTO COM PROTETOR DE TIREOIDE		748,6900	7.486,90

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

37	3,000	UN	Avental plumbífero adulto, para proteção radiológica, confeccionado em borracha plumbífera, com equivalência em chumbo de 0,25 mm Pb, protetor de tireoide, fechamento em velcro e dimensões aproximadas de 76 × 60 cm PROTETOR DE GÔNADAS PARA RADIOLOGIA - PROTETOR DE GÔNADAS PARA RADIOLOGIA Protetor de gônadas, confeccionado em borracha plumbífera flexível, com equivalência em chumbo de 0,50 mm Pb, acabamento em nylon lavável. Dimensões: 30 × 45 cm ou 39 × 42 cm.		506,4000	1.519,20

Total Lote: R$12.795,46

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 20 – EVIDENCIADOR DE PLACA						
38	200,000	FR	130160195-EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA SOLUÇÃO A BASE D - 130160195-EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA SOLUÇÃO A BASE DE FUCSINA BÁSICA Solução evidenciadora de placa bacteriana à base de fucsina básica. Frasco contendo 10 mL.		3,8300	766,00

Total Lote: R$766,00

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 21 – IODOFÓRMIO						
39	180,000	UN	IODOFORMIO - Iodofórmio, em pó, embalagem contendo 10 g.		32,5200	5.853,60

Total Lote: R$5.853,60

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 22 – CONE DE GUTA PERCHA (BASTÃO)						
43	20,000	CX	CONE DE GUTA-PERCHA - GUTA-PERCHA EM BASTÃO Cone Guta-percha em bastão, de cor branca, composto por guta-percha, óxido de zinco, cera de polietileno, ácido esteárico, BHT, parafina e demais componentes da formulação. Caixa com 40 bastões.		104,6700	2.093,40

Total Lote: R$2.093,40

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 23 – CIMENTO REPARADOR						
46	10,000	UN	81150006832518 CIMENTO - CIMENTO REPARADOR MTA BRANCO Cimento reparador à base de MTA (Agregado Trióxido Mineral), na cor branca, de característica hidrofílica.		67,6300	676,30

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

PREFEITURA MUNICIPAL DIVINOPOLIS

RELATÓRIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO - LOTE

CNPJ: 18.291.351/0001-64 **Telefone: (37) 3229-8100**
AVENIDA PARANÁ, 2601
CEP: 35501-170 - Divinópolis MG

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 122/2026 - PE

Processo Administrativo: **290/2026**
Data do Processo: **20/10/2026**

Total Lote: R$676,30

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 24 – LIMA ENDODÔNTICA NiTi 25mm						
48	550,000	CX	81150006832513 LIMA - Lima endodôntica rotatória, fabricada em liga de níquel-titânio (NiTi), com 25 mm de comprimento, seção transversal triangular e diferentes diâmetros de ponta e conicidades. Com as seguintes especificações: SX – diâmetro de ponta 0,19 mm; S1 – 0,18 mm, conicidade 0,02; S2 – 0,20 mm, conicidade 0,04; F1 – 0,20 mm, conicidade 0,07; F2 – 0,25 mm, conicidade 0,08; F3 – 0,30 mm, conicidade 0,09. Conjunto contendo 06 unidades.		277,0100	152.355,50

Total Lote: R$152.355,50

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 25 – LIMA ENDODÔNTICA X1 31mm						
49	45,000	CX	81150006832513 LIMA - LIMA PROTAPER NEXT- X1 – 31 MM LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA EM NÍQUEL-TITÂNIO (NiTi) – 31 MM Lima endodôntica rotatória, fabricada em liga de níquel-titânio (NiTi), com 31 mm de comprimento, diâmetro de ponta de 0,17 mm e conicidade de 0,04 (17/.04).		87,7600	3.949,20

Total Lote: R$3.949,20

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 26 – CONE DE GUTA PERCHA 28mm (PRINCIPAL)						
44	8,000	CX	CONE DE GUTA-PERCHA - CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 55 - 28 MM Cone de guta-percha, nº 55, com 28 mm de comprimento. Embalagem com 120 unidades.		28,2300	225,84
45	5,000	CX	CONE DE GUTA-PERCHA - CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 70 - 28 MM Cone de guta-percha, nº 70, com 28 mm de comprimento. Embalagem com 120 unidades.		26,3800	131,90
52	10,000	CX	CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 30 - 28 MM - CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 30 - 28 MM Cone de guta-percha principal, nº 30, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.		36,0800	360,80
53	10,000	CX	CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 35 - 28 MM - CONE		34,3500	343,50

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

			DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 35 - 28 MM Cone de guta-percha principal, nº 35, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.			
54	10,000	CX	CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 40 - 28 MM - CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 40 - 28 MM Cone de guta-percha principal, nº 40, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.		30,0900	300,90
61	5,000	CX	CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 45 - 28 MM - CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 45 - 28 MM Cone de guta-percha principal, nº 45, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.		27,9400	139,70
62	5,000	CX	CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 50 - 28 MM - CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 50 - 28 MM Cone de guta-percha principal, nº 50, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.		27,1400	135,70
63	4,000	CX	CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 60 - 28 MM - CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 60 - 28 MM Cone de guta-percha principal, nº 60, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.		25,1300	100,52
64	3,000	CX	CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 80 - 28 MM - CONE DE GUTAPERCHA PRINCIPAL Nº 80 - 28 MM Cone de guta-percha principal, nº 80, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.		25,0300	75,09

Total Lote: R$1.813,95

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 27 – PUNCH PARA BIÓPSIA						
50	100,000	UN	PUNCH PARA BIÓPSIA - PUNCH PARA BIÓPSIA ESTÉRIL E DESCARTÁVEL Nº 06 Punch para biópsia, estéril e descartável, nº 06, com lâmina circular em aço inoxidável, haste em poliestireno e capa protetora. Diâmetro da lâmina de 6,0 mm, comprimento da haste de 8,5 cm e comprimento total de 9,5 cm. Embalado individualmente.		12,3900	1.239,00

Total Lote: R$1.239,00

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 28 – CLIP LABIAL						
51	2,000	UN	CLIP LABIAL - CLIP LABIAL PARA LOCALIZADOR APICAL Clip labial para localizador apical,		42,1700	84,34

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

confeccionado em aço inoxidável, compatível com equipamentos que utilizem conexão elétrica compatível.

Total Lote: **R$84,34**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 29 – NEGATOSCÓPIO						
55	28,000	UN	NEGATOSCÓPIO - NEGATOSCÓPIO SLIM LED Negatoscópio com iluminação por LED, luz branca e homogênea, visor com superfície plana, sistema de fixação de radiografias por ímã e possibilidade de utilização em mesa, parede ou posição inclinada. Alimentação bivolt, 127 V/220 V.		270,3000	7.568,40

Total Lote: **R$7.568,40**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 30 – MOCHO						
56	35,000	UN	MOCHO - MOCHO ODONTOLÓGICO Mocho odontológico com encosto tipo concha, regulagem de altura por sistema de elevação a gás com acionamento por alavanca lateral, encosto com regulagem de aproximação, base com 5 rodízios, sem apoio para braços, assento com diâmetro de 41 a 45 cm, acabamento liso e cantos arredondados. Estofamento com revestimento sem costura. Cor azul ou verde.		505,0700	17.677,45

Total Lote: **R$17.677,45**

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 31 -REGULADOR DE OXIGÊNIO/ÓXIDO NITROSO						
57	2,000	UN	REGULADOR DE OXIGÊNIO - REGULADOR DE OXIGÊNIO Regulador de oxigênio com dimensões aproximadas de 13,5 × 15 × 9 cm (A × L × C), peso aproximado de 1,03 kg, conexão de entrada conforme ABNT 166-1, conexão de saída roscada ISO G ¼" F, pressão de trabalho de 100 bar, válvula de segurança, filtro e intermediário com rosca macho ¼ NPT, com conexões conforme ABNT NBR 11725 e ABNT NBR 11906.		351,6500	703,30
58	2,000	UN	Regulador de Óxido Nitroso - Regulador de Óxido Nitroso - Regulador para óxido nitroso, com dimensões aproximadas de 13,5 × 15 × 9 cm (A × L × C), peso aproximado de 1,03 kg, conexão de entrada conforme ABNT 166-1, conexão de saída roscada ISO G ¼"		325,0400	650,08

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

F, pressão de trabalho de 100 bar e válvula de segurança.

Total Lote: R$1.353,38

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 32 – CINZEL						
60	10,000	UN	CINZEL OCHENBEIN EM AÇO INOX - CINZEL MICRO OSCHENBEIN 9,5MM n°1 Cinzel odontológico tipo Micro Ochsenbein nº 1, com lâmina de 9,5 mm, confeccionado em aço inoxidável, cabo em alumínio, com dupla angulação.		87,6100	876,10

Total Lote: R$876,10

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 33 – ALGINATO						
65	500,000	PÇ	ALGINATO PARA MOLDAGEM - Alginato odontológico tipo II para moldagem, com formulação que inclui clorexidina. Pacote com 410 gramas.		27,4100	13.705,00

Total Lote: R$13.705,00

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 34 - GESSO						
66	400,000	UN	GESSO PEDRA TIPO III - GESSO PEDRA TIPO III Material odontológico de alta resistência mecânica desenvolvido para a confecção de modelos de precisão em prótese dentária. Unidade com 1 kg.		7,6800	3.072,00

Total Lote: R$3.072,00

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 35 - LIMA SCHLUGER Nº 9/10						
59	10,000	CX	81150006832513 LIMA - LIMA SCHLUGER n°9/10 Lima odontológica manual, fabricada em aço inoxidável, autoclavável, com cabo de 8 mm de diâmetro e 16 cm de comprimento.		71,0600	710,60

Total Lote: R$710,60

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 36 - BROCA DE TUNGSTÊNIO PARA PEÇA DE MÃO (PM)						
40	10,000	UN	BROCA DE TUNGSTÊNIO MAXICUT PM (PEÇA DE MÃO) - FORMATO BASTÃO - BROCA DE TUNGSTÊNIO MAXICUT PM (PEÇA DE MÃO) TARJA AZUL,		82,1500	821,50

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

A geometria das lâminas e o desenho das fresas asseguram desgaste ideal, acabamento de alto nível, grande durabilidade e ótima capacidade de corte ao preparar gesso, acrílico, metais preciosos, titânio ou cerâmica.

Para corte primário de ligas não preciosas, resina acrílica e redução grossa de todos os tipos de materiais, sem arranhar a superfície.

Embalagem c/1 unidade

-Tamanho: 16mm.

- Broca Formato: Bastão

- Categoria: Corte Cruzado Médio (tarja azul)

- Material: Tungstênio

- Rotação recomendada: 15.000RPM

-Broca para peça de mão (PM).

-Autoclavável a 134° 12minutos.

-Cor do anel: azul

Total Lote: **R$821,50**

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome do licitante:_____ CNPJ: _____

Endereço Completo:_____ Telefone:_____

Responsável pela assinatura do contrato: _____

E-mail (pessoal) do responsável pela assinatura da ata/contrato:_____

E-mail (comercial):_____

CONTRATAÇÃO (Nº da UASG - Nº no Portal Compras Governamentais): 984445 – XX/202X

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/202X

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ _____ (_____)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	APRES.	MARCA / MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1						
2						

...

TOTAL DO LOTE	R$

PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme edital.

PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO OFERTADO: Conforme edital e Termo de Referência.

AGÊNCIA ___. CONTA BANCÁRIA ___. NOME DA AGÊNCIA ___.

Observações:

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

O prazo de garantia contratual dos bens será aquele estabelecido pela legislação vigente, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Local e data.

_____(Assinatura do representante legal da empresa)_____

Nome

RG/CPF

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2026
CONTRATAÇÃO (Nº da UASG - Nº no Portal Compras Governamentais): 984445 - 144/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 290/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2026

O **MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS**, com sede na Avenida Paraná, 2.601, CEP 35.501-170, na cidade de Divinópolis em Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.291.351/0001-64, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de ___ (nome da Secretaria), o(a) Sr.(a) ___ (cargo e nome do gestor), CPF: (número do CPF), doravante denominado ADMINISTRAÇÃO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ___/2026 (número do pregão), publicada no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, do dia ___ (data da publicação), Processo Licitatório nº ___ (número do PL), RESOLVE registrar os preços da empresa ___ (nome da empresa em caixa alta e negrito), inscrita no CNPJ sob o nº ___ (nº CNPJ), sediada na ___ (endereço da empresa), neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ___ (nome do representante legal), CPF: (número do CPF), doravante denominada FORNECEDOR, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 15.995/2023, no Decreto Municipal nº 15.980/2023 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisições futuras e eventuais de instrumentais e materiais de consumo odontológico, com ênfase em produtos específicos para odontologia especializada, destinados ao CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, da Secretaria Municipal de Saúde do município de Divinópolis/MG, conforme especificações e quantitativos indicados no Anexo I e Termo de Referência do Edital.

1.2 – Vinculam-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:

1.2.1 – O **Termo de Referência**;

1.2.2 – O Edital da Licitação;

1.2.3 – A proposta do FORNECEDOR;

1.2.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

2.2 – A listagem do cadastro reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 – DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FORMA DE FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

3.1 – O órgão responsável pela gestão e controle desta Ata de Registro de Preços será a Prefeitura de Divinópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), na pessoa do servidor indicado no **Termo de Referência**.

3.2 – Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

3.3 – Os materiais/serviços poderão ser requisitados parcelada e eventualmente ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, deverão ser fornecidos sob as condições **do Termo de Referência**, bem como sob cronograma da diretoria requisitante, e serão formalizados por meio de **Solicitação de Fornecimento** a ser encaminhada via e-mail ao contratado.

3.4 – A ata será assinada digitalmente através do sistema de gestão da Prefeitura de Divinópolis, o Betha Cloud.

> **3.4.1** – O documento será enviado ao fornecedor via sistema Betha Assinatura e a notificação será enviada via e-mail juntamente com o manual de instrução para cadastro e validação de assinatura.

3.5 – A entrega será efetuada no local mencionado no **Termo de Referência** ou, eventualmente, em local diverso a ser especificado na **Solicitação de Fornecimento** limitado à circunscrição do município.

3.6 – Reserva-se à ADMINISTRAÇÃO o direito de não receber produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a contratação e aplicar as sanções estipuladas.

3.7 – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas produtos em que se verifiquem irregularidade.

3.8 – A Prefeitura de Divinópolis, através do servidor indicado no **Termo de Referência**, exercerá a fiscalização da execução do objeto deste certame e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

3.9 – As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura de Divinópolis em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto do contrato.

3.10 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da ADMINISTRAÇÃO ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

4.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

4.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item **4.1**.

Dos Limites Para as Adesões

4.6 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

Vedação a Acréscimo de Quantitativos

4.8 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5 – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à data de sua assinatura, na forma da Lei 14.133/21, podendo a vigência ser prorrogada por igual período desde que seja comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 – O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de Nota de Empenho de Despesa, **Solicitação de Fornecimento** ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item **5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4 – Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 – Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 – O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

5.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 10**.

5.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9 – Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela ADMINISTRAÇÃO.

5.10 – A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

de Registro de Preços.

5.11 – Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observando o item **5.7** e subitens, fica facultado à ADMINISTRAÇÃO convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a ADMINISTRAÇÃO, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a ADMINISTRAÇÃO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E PAGAMENTOS

6.1 – As despesas correspondentes à execução do objeto contratado correrão por conta das secretarias municipais da Prefeitura de Divinópolis, através das dotações para o exercício de 2026 e seguintes que serão especificadas nas futuras **Solicitações de Fornecimento**, conforme elemento(s) de despesa(s) discriminado(s) a seguir:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
3.3.90.30.00	Material de Consumo
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita

6.2 – Os pagamentos serão realizados por meio de **boleto bancário**, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e indicação do número da **Solicitação de Fornecimento** correspondente, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a entrega dos materiais, a emissão da Nota Fiscal e sua regular liquidação pelo(s) servidor(es) competente(s), observada a prévia emissão da **Solicitação de Fornecimento** e do **Empenho**.

6.3 – Os pagamentos serão realizados por meio de **boleto bancário**, razão pela qual a empresa deverá apresentar o respectivo boleto juntamente com a Nota Fiscal e informar o número da **Solicitação de Fornecimento** que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

6.4 – Caso ocorra atraso no pagamento, este sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, devendo ser aplicado aquele índice que apresentar o menor índice de variação no período apurado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

6.5 – Para recebimento dos pagamentos o FORNECEDOR fica obrigado a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS, CNDT e com a Fazenda Municipal de sua sede.

6.6 – A Nota Fiscal deverá ser entregue pelo FORNECEDOR, diretamente ao representante da Administração Municipal, que somente atestará a entrega dos materiais e liberação da referida Nota Fiscal juntamente com o boleto bancário para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

6.7 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao FORNECEDOR e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Divinópolis.

6.8 – Conforme Decreto Municipal nº 15.680/2023 e orientações das Instruções Normativas RFB nº 2.145/2023 e nº 1.234/2012 e Anexos I a V, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou a prestação de serviços, pelos órgãos da administração pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

6.8.1 – Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidas à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda, conforme disposto no anexo I da IN RFB nº 1234/2012, salvo hipóteses em que não haverá retenções de acordo com seu artigo 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

6.8.2 – Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informadas no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de "Informações Complementares".

6.8.3 – O FORNECEDOR regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

7 – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 – Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 – Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.3.1 – Caso a Ata de Registro de preço seja prorrogada e que tenha passado 12 meses da data do orçamento estimado, o valor poderá ser reajustado através da variação do INPC ou

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

IPCA, desde que haja pedido expresso da parte contratada, não sendo um direito automático, sendo aplicado o índice que apresentar o menor índice de variação no período apurado, e que o valor reajustado seja mais vantajoso para a Administração e esteja dentro do preço praticado no mercado.

8 – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

8.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7.**

8.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item **10.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

8.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **8.2** e no item **8.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 – O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 – De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 – De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 – Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 29 do Decreto Municipal nº 15.995/2023.

9.5 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6 – Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7 – Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item **9.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

10.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela ADMINISTRAÇÃO sem justificativa razoável;

10.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto Municipal nº 15.995/2023; ou

10.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

14.133/2021.

10.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **10.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 – Por razão de interesse público;

10.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 15.995/2023.

11 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o FORNECEDOR que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à ADMINISTRAÇÃO ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2 – Serão aplicadas ao FORNECEDOR que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o FORNECEDOR der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "**b**", "**c**" e "**d**" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "**e**", "**f**", "**g**" e "**h**" do subitem acima, bem como nas alíneas "**b**", "**c**" e "**d**", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

iv. **Multa:**

a) Moratória de 0,5% (cinco décimos de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**;

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "**e**" a "**h**" do subitem **11.1**, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "**c**" do subitem **11.1**, de 12% (doze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**.

d) Para infração descrita na alínea "**b**" do subitem **11.1**, a multa será de 8% (oito por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**.

e) Para infrações descritas na alínea "**d**" do subitem **11.1**, a multa será de 4% (quatro por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**.

f) Para a infração descrita na alínea "**a**" do subitem **11.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos de por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**, ressalvadas as infrações específicas indicadas no **Termo de Referência**.

11.3 – A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.4 – Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela ADMINISTRAÇÃO ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

d) os danos que dela provierem para a ADMINISTRAÇÃO;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159).

11.10 – A personalidade jurídica do FORNECEDOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o FORNECEDOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.11 – A ADMINISTRAÇÃO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.13 – Os débitos do FORNECEDOR para com a ADMINISTRAÇÃO, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma Ata de Registro de Preços ou de outros contratos administrativos que o FORNECEDOR possua com o mesmo órgão, ora ADMINISTRAÇÃO, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

12 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

12.1 – São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

12.2 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, de acordo com o Edital, o **Termo de Referência** e esta Ata.

12.3 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

12.4 – Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.5 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo FORNECEDOR.

12.6 – Comunicar o FORNECEDOR para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7 – Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços e no **Termo de Referência**.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

12.8 – Aplicar ao FORNECEDOR as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços.

12.9 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Munícipio para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo FORNECEDOR.

12.10 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.10.1 – A ADMINISTRAÇÃO terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.11 – O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado pelo FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente fundamentado, quando ocorrer fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que altere de forma relevante os encargos assumidos na contratação, observadas as hipóteses e condições previstas na **Lei nº 14.133/2021**, neste Edital, no Termo de Referência e na regulamentação interna aplicável.

12.11.1 – O pedido deverá ser encaminhado **exclusivamente por meio do endereço eletrônico (e-mail) indicado no cabeçalho da Ata de Registro de Preços**, mediante requerimento que demonstre a ocorrência do fato que fundamenta a solicitação, sua relação com a contratação e o efetivo impacto sobre os custos do FORNECEDOR, acompanhado da documentação comprobatória pertinente.

12.11.2 – A documentação deverá conter, quando aplicável, notas fiscais, documentos fiscais, contratos, planilhas de custos, comprovantes de preços praticados e demais elementos necessários à comprovação do fato alegado e do impacto econômico-financeiro decorrente.

12.11.3 – O pedido será analisado pela Administração, que poderá solicitar informações ou documentos complementares necessários à comprovação dos fatos e dos valores apresentados, observando-se o disposto no Termo de Referência e na regulamentação interna vigente.

12.11.4 – O simples aumento ou redução dos preços de mercado, isoladamente, não ensejará o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, devendo ser demonstrados o fato superveniente, o nexo de causalidade com a contratação e o efetivo impacto sobre os custos do FORNECEDOR.

12.11.5 – A Administração responderá aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de **1 (um) mês**, admitida prorrogação motivada por igual período, observado o procedimento e os prazos estabelecidos na regulamentação interna aplicável.

12.12 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.13 – Comunicar o FORNECEDOR na hipótese de posterior alteração do projeto pela ADMINISTRAÇÃO, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.14 – A ADMINISTRAÇÃO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.15 – Observar quaisquer outras obrigações previstas nesta ata, no Edital e no **Termo de Referência**.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

13 – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1 – O FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

13.3 – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

13.4 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.5 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.6 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da ADMINISTRAÇÃO ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.7 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o FORNECEDOR deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do FORNECEDOR; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.8 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à ADMINISTRAÇÃO.

13.9 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.10 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela ADMINISTRAÇÃO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.11 – Paralisar, por determinação da ADMINISTRAÇÃO, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.12 – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.13 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.14 – Submeter previamente, por escrito, à ADMINISTRAÇÃO, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.15 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.16 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

13.17 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

13.18 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

13.19 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.20 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.21 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da ADMINISTRAÇÃO.

13.22 – Observar quaisquer outras obrigações previstas nesta ata, no Edital e no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

14.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 – É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 – O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 – O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 – O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14.12.1 – As comunicações descritas no *caput* serão consideradas como efetuadas por meio da realização da devida publicação no PNCP, até que seja editada regulamentação correspondente pela autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

15.1 – As partes declaram ciência quanto às normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, mas não se limitando, a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem a cumpri-las e a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro, por si e por seus sócios, representantes, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento por terceiros eventualmente contratados por elas.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

15.2 – As partes, com relação à execução das atividades objeto do presente contrato, comprometem-se a não dar, oferecer, pagar, prometer pagar, bem como a aceitar, solicitar ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor, seja em forma de doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, a quaisquer autoridades governamentais, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do Governo, seja em âmbito Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para qualquer pessoa violando as Leis Anticorrupção.

15.3 – Cada uma das partes se compromete a comunicar por escrito à outra parte caso tome conhecimento de qualquer descumprimento ou potencial violação às Leis Anticorrupção relacionados às atividades vinculadas ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

16.1 – As Partes se comprometem a:

i. cumprir o disposto na Política Nacional de Meio Ambiente e demais legislações correlatas, adotando medidas preventivas e corretivas necessárias para evitar danos ao meio ambiente decorrentes da execução contratual;

ii. manter, no que couber, suas obrigações, licenças, autorizações e demais exigências legais pertinentes à atividade desenvolvida em situação regular junto aos órgãos ambientais competentes, durante o prazo de vigência deste Contrato;

iii. comunicar qualquer situação ou verificação de não conformidade em que esteja eventualmente envolvida e relacionada à execução do objeto contratual, referente à legislação ambiental em vigor.

16.2 – A Contratada declara que não utiliza, em nenhuma etapa de suas atividades, mão de obra infantil prejudicial e formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado. Considera-se trabalho infantil aquele proibido pela legislação brasileira, ressalvada a condição de aprendiz, nos termos legais. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição.

16.3 – As Partes se comprometem a pautarem suas condutas pelos princípios da legalidade, moralidade, dignidade da pessoa humana, igualdade e não discriminação, vedando qualquer prática discriminatória no âmbito da execução contratual.

CLÁSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DOMICÍLIO MUNICIPAL ELETRÔNICO (DME)

17.1 – A licitante que irá formalizar esta ATA deverá providenciar o seu cadastramento no Domicílio Municipal Eletrônico (DME), instituído pela Lei Municipal nº 9.475/2024, por meio do endereço eletrônico dme.divinopolis.mg.gov.br.

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

17.1.1 – As instruções e procedimentos para adesão e uso da plataforma constam no Manual do DME, disponível em: https://consulta-documentos.plataforma.betha.cloud/#/d/NzU1YjgxYjAtNjI0ZS00YzRjLTgzOTYtNDg3MTk1ZDYyM2Iz.

17.1.2 – Caso a contratada não realize o autocadastramento, fica o Município plenamente autorizado a efetivar o cadastramento de ofício, cujos efeitos jurídicos e a validade das comunicações vigorarão a partir da data de realização do cadastramento de ofício.

17.2 – Uma vez cadastrada a empresa, todas as comunicações, notificações, intimações decorrentes da execução contratual serão realizadas por meio do DME, dispensando-se a via postal, pessoal ou publicação no Diário Oficial, conforme o art. 4º da Lei Municipal nº 9.475/2024.

17.3 – É de inteira responsabilidade da empresa manter seus contatos atualizados e acompanhar regularmente sua caixa postal no DME. A comunicação considerar-se-á realizada no dia da consulta pelo usuário ou, automaticamente, após o decurso do prazo de 10 (dez) dias corridos contados do envio (ciência tácita), nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 9.475/2024.

18 – CONDIÇÕES GERAIS

18.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da ADMINISTRAÇÃO e do FORNECEDOR, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência** anexo ao Edital.

18.2 – No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

18.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 15.995/2023, o Decreto Municipal nº 15.980/2023 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

18.4 – Fica eleito o foro de Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19 – DO GESTOR E FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 – ___ (Nome do gestor da Ata de Registro de Preços e sua matrícula).

19.2 – ___ (Nome do fiscal da Ata de Registro de Preços e sua matrícula).

Local, mês e ano.

CONTRATANTE
Representante legal

CONTRATADA
Representante legal

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM ___						
FORNECEDOR	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM ___						
FORNECEDOR	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$

Assinado digitalmente por Sheila Salvino. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 1J2-Q6Y-LOL-K24.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 04/11/2026 às 15:22:33

Assinantes

Sheila Salvino

Assinou em 04/11/2026 às 16:13:17 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.009.186-**.

Eu, Sheila Salvino, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

1J2-Q6Y-LOL-K24

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO:

Registro de preços para **futura e eventual aquisição de instrumentais e materiais de consumo odontológico**, destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Primária à Saúde** e do **Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Tipo III**, bem como de materiais e insumos específicos para atender às demandas do **Serviço de Assistência Especializada – SAE** e do **Centro Municipal de Apoio à Saúde – CEMAS/RX**, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis – SEMUSA, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

Os quantitativos previstos foram definidos com base no levantamento das necessidades das unidades e serviços envolvidos, conforme **Memória de Cálculo dos Quantitativos**, que deverá integrar a documentação da fase de planejamento.

A contratação será realizada mediante **Sistema de Registro de Preços**, considerando a natureza de consumo dos materiais, a necessidade de fornecimento conforme a demanda dos serviços e a impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato a ser utilizado durante o período de vigência da ata.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A aquisição dos materiais objeto desta contratação é necessária para assegurar a continuidade e a adequada execução dos serviços de saúde bucal prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo a **Atenção Primária à Saúde e o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO**, bem como para atender às demandas dos serviços **SAE e CEMAS/RX**.

A disponibilidade regular de materiais e instrumentais é indispensável para a realização dos procedimentos assistenciais, evitando interrupções nos atendimentos, garantindo condições adequadas de trabalho aos profissionais e contribuindo para a continuidade e qualidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A ausência ou insuficiência desses materiais pode comprometer a execução dos procedimentos odontológicos e dos serviços realizados pelas unidades envolvidas, ocasionando prejuízos à continuidade do atendimento e ao cumprimento das ações de saúde previstas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

A contratação busca, portanto, **garantir o abastecimento regular dos serviços**, de acordo com a demanda apresentada pelas unidades, observando os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público.

3 - JUSTIFICATIVA:

A aquisição dos materiais de consumo é essencial para assegurar a continuidade dos atendimentos odontológicos preventivos, restauradores, cirúrgicos, endodônticos, periodontais, protéticos e estomatológicos, bem como dos procedimentos radiográficos e atendimentos do SAE. A indisponibilidade desses insumos compromete diretamente a qualidade da assistência prestada, ocasionando suspensão ou redução da oferta de procedimentos, aumento do tempo de espera dos usuários e prejuízo à resolutividade dos serviços.

São necessários requisitos que garantam a qualidade, a eficácia e a segurança dos insumos, com o objetivo de aprimorar os serviços de saúde bucal e demais serviços oferecidos à população. Em primeiro lugar, é fundamental que todos os produtos a serem adquiridos sejam fabricados e comercializados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), assegurando que as condições de fabricação, armazenagem e comercialização estejam em conformidade com os padrões de segurança e eficácia. É importante que os materiais atendam às normas brasileiras específicas aplicáveis aos produtos, como a ABNT NBR ISO 13485, quando pertinente, que estabelece requisitos para sistemas de gestão da qualidade aplicáveis a dispositivos médicos.

Além das certificações de segurança, é essencial que os materiais odontológicos sejam selecionados em função de sua especificidade para as práticas clínicas em questão.

No que diz respeito às práticas de sustentabilidade, a adoção de materiais que possuam certificações ambientais, como a ISO 14001, poderá ser considerada, quando aplicável, priorizando insumos que reduzam impactos ambientais. Isso inclui a escolha de embalagens recicláveis e a minimização de substâncias nocivas presentes nos produtos.

Socialmente, a promoção de parcerias com fornecedores locais pode estimular a economia da região, além de criar oportunidades de emprego e valorização do trabalho local. Economicamente, a aquisição de insumos com melhor relação custo-benefício, sem comprometer a qualidade, contribuirá para a eficiente gestão dos recursos públicos, assegurando serviços mais eficientes e acessíveis à população.

4 - DA ESPECIFICAÇÃO:

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

OBSERVAÇÃO: As descrições dos itens deste Termo de Referência contemplam exclusivamente as características técnicas necessárias à adequada identificação e definição dos produtos a serem adquiridos, tais como tipo, composição, dimensões, capacidade, material, unidade de fornecimento e demais especificações essenciais ao objeto, **observadas, quando aplicáveis, as normas técnicas da ABNT pertinentes aos respectivos produtos.**

As exigências relativas à documentação, apresentação de catálogos, fichas técnicas, registros sanitários, amostras, prazos de validade, condições de entrega, critérios de aceitação e demais condições de fornecimento estão estabelecidas em tópicos próprios deste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	Valor Unit.	Valor total
01	**81150006832509 CAPA - CAPA PARA PLACA DE FÓSFORO Nº 0** Capa protetora para placa de fósforo nº 0**,** confeccionada em material plástico, compatível com placa de imagem tamanho nº 0.	UN	300	R$ 2,83	R$ 849,00
02	**81150006832509 CAPA - CAPA PARA PLACA DE FÓSFORO Nº 2** Capa protetora para placa de fósforo nº 2, confeccionada em material plástico, compatível com placa de imagem tamanho nº 2.	UN	300	R$ 1,78	R$ 534,00
03	**81150006832509 CAPA - CAPA PARA PLACA DE FÓSFORO Nº 3** Capa protetora para placa de fósforo nº 3, confeccionada em material plástico, compatível com placa de imagem tamanho nº 3.	UN	300	R$2,31	R$693,00
04	**PLACA DE FÓSFORO - PLACA DE FÓSFORO Nº 0** Placa de imagem reutilizável (placa de fósforo fotoestimulável) Nº 0, com dimensões aproximadas de 22 x 35 mm. Acondicionada em material que garanta a integridade do produto.	UN	20	R$ 544,43	R$ 10.888,60
05	**PLACA DE FÓSFORO - PLACA DE FÓSFORO Nº 2** Placa de imagem reutilizável (placa de fósforo fotoestimulável) Nº 2, com dimensões aproximadas de 24 x 40 mm. Acondicionada em material que garanta a integridade do produto.	UN	20	R$ 515,22	R$ 10.304,40
06	**PLACA DE FÓSFORO - PLACA DE FÓSFORO Nº 3** Placa de imagem reutilizável (placa de fósforo fotoestimulável) Nº 3, com dimensões aproximadas de 27 x 54 mm, destinada à aquisição de imagens radiográficas odontológicas digitais. Acondicionada em material que garanta a integridade do produto.	UN	20	R$ 654,91	R$ 13.098,20
07	**CERA Nº 7 -** Cera Odontológica Nº 7, em lâminas. Caixa contendo 18 lâminas embaladas individualmente.	CX	130	R$ 23,45	R$ 3.048,50

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	Valor Unit.	Valor total
08	**LIMA K Nº 8 – 25MM** Lima endodôntica manual tipo K nº 8, comprimento 25 mm, confeccionada em aço inoxidável, com características de resistência e flexibilidade. Caixa com 06 unidades.	CX	20	R$15,24	R$304,80
09	**LIMA K Nº 10 – 25mm** Lima endodôntica manual tipo K nº 10, comprimento 25 mm, confeccionada em aço inoxidável, com características de resistência e flexibilidade. Caixa com 06 unidades.	CX	40	R$16,80	R$672,00
10	**CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº 50** Cone de papel absorvente nº 50, estéril, calibrado, comprimento de 28 mm. Uso único. Caixa com 120 unidades.	CX	30	R$30,15	R$904,50
11	**CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº 40** Cone de papel absorvente nº 40, estéril, calibrado, comprimento de 28 mm. uso único. Caixa com 120 unidades.	CX	60	R$31,02	R$1.861,20
12	**CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº 30** Cone de papel absorvente nº 30, estéril, calibrado, comprimento de 28 mm, uso único Caixa com 120 unidades.	CX	50	R$ 27,55	R$ 1.377,50
13	**CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM – F** Cone de guta-percha, tipo F (Fino), com 28 mm de comprimento, destinado à utilização em procedimentos endodônticos. Caixa com 120 unidades.	CX	50	R$ 31,02	R$ 1.551,00
14	**CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM – FM -** Cone de guta-percha, tipo FM (Fino-Médio), com 28 mm de comprimento**,** destinado à utilização em procedimentos endodônticos. Caixa com 120 unidades.	CX	50	R$27,53	R$1.376,50
15	**CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM - M/ R5** Cone de guta-percha, tipo M/R5 (Médio), com 28 mm de comprimento, destinado à utilização em procedimentos endodônticos. Caixa com 120 unidades.	CX	50	R$29,79	R$1.489,50
16	**CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM - R7** Cone de guta-percha acessório tipo R7, comprimento 28 mm, destinado à utilização em procedimentos endodônticos. Caixa com 120 unidades.	CX	60	R$ 39,73	R$ 2.383,80
17	**BROCA DE LENTULO 25MM – Nº30** Broca endodôntica tipo Lentulo nº 30, comprimento 25 mm, confeccionada em aço inoxidável. Caixa com 04 unidades.	CX	20	R$ 41,54	R$ 830,80

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	Valor Unit.	Valor total
18	**BROCA DE GATES Nº 1 - 32 MM CAIXA C/ 6 UNIDADES** Broca endodôntica tipo Gates, nº 1, fabricada em aço carbono, com 32 mm de comprimento, ponta guia com 19 mm e diâmetro da ponta de 0,50 mm. Caixa com 06 unidades.	CX	10	R$ 39,23	R$ 392,30
19	**BROCA DE GATES Nº 2 – 32 MM CAIXA C/ 6 UNIDADES -** Broca endodôntica tipo Gates, nº 2, fabricada em aço carbono, com 32 mm de comprimento, ponta guia com 19 mm e diâmetro da ponta de 0,70 mm. Caixa com 06 unidades.	CX	10	R$32,84	R$328,40
20	**LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA EM NÍQUEL-TITÂNIO (NiTi) – 31 MM** Lima endodôntica rotatória, fabricada em liga de níquel-titânio (NiTi), com 31 mm de comprimento, seção transversal triangular e instrumentos com diferentes diâmetros de ponta e conicidades, compreendendo: SX – 0,19 mm; S1 – 0,18 mm, conicidade 0,02; S2 – 0,20 mm, conicidade 0,04; F1 – 0,20 mm, conicidade 0,07; F2 – 0,25 mm, conicidade 0,08; F3 – 0,30 mm, conicidade 0,09. Conjunto contendo 06 unidades.	CX	30	R$233,83	R$7.014,90
21	**CONDENSADOR ENDODÔNTICO Nº 55** Condensador endodôntico acionado a motor, fabricado em aço inoxidável, com lâmina ativa em formato de cones invertidos superpostos, diâmetro da ponta ativa de 0,55 mm e encaixe tipo CA. Caixa com 04 unidades.	CX	10	R$157,11	R$1.571,10
22	**CONDENSADOR ENDODÔNTICO Nº 60** Condensador endodôntico acionado a motor, fabricado em aço inoxidável, com lâmina ativa em formato de cones invertidos superpostos, diâmetro da ponta ativa de 0,60 mm e encaixe tipo CA. Caixa com 04 unidades.	CX	8	R$91,24	R$729,92
23	**ISQUEIRO GRANDE** Isqueiro manual, de acionamento mecânico, com chama pré-ajustada. Sistema de acionamento seguro e corpo confeccionado em material resistente, adequado ao uso do produto. Tamanho grande, com dimensões compatíveis com a categoria do produto. Unidade.	UN	30	R$7,29	R$218,70
24	**PLACA PARA MOLDEIRA PET-G CRISTAL 2 MM** Placa rígida e transparente para confecção de moldeiras, confeccionada em polietileno tereftalato glicol (PET-G), com 2 mm de espessura. Formato quadrado ou redondo.	UN	160	R$17,64	R$2.822,40
25	**SILICONE DE CONDENSAÇÃO LEVE/FLUIDO** Silicone de condensação para moldagem odontológica, de consistência leve/fluida (Light Body), com características de alta elasticidade e recuperação elástica, compatível com materiais de confecção de modelos em gesso. Embalagem contendo 01 bisnaga com 120 g	UN	72	R$64,24	R$4.625,28
26	**SILICONE DE CONDENSAÇÃO PESADO/DENSO** Silicone de condensação pesado/denso, tipo Putty, de alta	UN	4	R$85,66	R$342,64

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	Valor Unit.	Valor total
	viscosidade, para moldagem odontológica, com 1 kg de pasta densa.				
27	**BABADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL** Babador odontológico descartável, confeccionado em papel celulose 100% virgem, com filme de polietileno atóxico, de característica absorvente e impermeável. Dimensões aproximadas de 30 × 40 cm.	UN	135.000	R$0,18	R$24.300,00
28	**PRENDEDOR DE BABADOR TIPO JACARÉ COM CORRENTE** Prendedor de babador tipo jacaré, com corrente, confeccionado em latão cromado.	UN	140	R$5,44	R$761,60
29	**GRAMPO Nº 14 A PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO** Grampo odontológico nº 14A para isolamento absoluto, confeccionado em aço inoxidável, com garras para retenção e adaptação cervical. Autoclavável.	UN	10	R$13,04	R$130,40
30	**GRAMPO Nº W8A PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO** Grampo odontológico nº W8A para isolamento absoluto, confeccionado em aço inoxidável, sem asa, com garras para retenção e adaptação cervical. Autoclavável.	UN	10	R$13,60	R$136,00
31	**CLOREXIDINA 0,12% – 250 ML** Solução aquosa de digluconato de clorexidina a 0,12%, sem álcool, sabor menta. Frasco contendo 250 mL.	FR	150	R$6,51	R$976,50
32	**GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO – SACHÊ 5 G** Gel lubrificante íntimo à base de água, em gel, composto por hidroxietilcelulose, propilenoglicol, metilparabeno e água, com pH neutro, hidrossolúvel, não gorduroso, incolor, inodoro, Sachê individual contendo 5 g.	UN	50.000	R$ 0,67	R$33.500,00
33	**1150006832516 – CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIA 34 MM – FM/R4** Cone de guta-percha, tipo FM (fino-médio), com 34 mm de comprimento e conicidade/taper compatível com a especificação R4.	UN	1040	R$0,90	R$936,00
34	**1150006832516 – CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIA 34 MM – M/R5** Cone de guta-percha, tipo M (médio), com 34 mm de comprimento e conicidade/taper compatível com a especificação R5.	UN	1040	R$0,90	R$936,00
35	**AVENTAL PLUMBÍFERO INFANTIL COM PROTETOR DE TIREOIDE** Avental plumbífero infantil, para proteção radiológica, confeccionado em borracha plumbífera, com equivalência em chumbo de 0,25 mm Pb, protetor de tireoide, fechamento em velcro e dimensões aproximadas de 60 × 50 cm.	UN	8	R$ 473,67	R$ 3.789,36
36	**AVENTAL PLUMBÍFERO ADULTO COM PROTETOR DE TIREOIDE** Avental plumbífero adulto, para proteção radiológica,	UN	10	R$748,69	R$7.486,90

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	Valor Unit.	Valor total
	confeccionado em borracha plumbífera, com equivalência em chumbo de 0,25 mm Pb, protetor de tireoide, fechamento em velcro e dimensões aproximadas de 76 × 60 cm				
37	**PROTETOR DE GÔNADAS PARA RADIOLOGIA** Protetor de gônadas, confeccionado em borracha plumbífera flexível, com equivalência em chumbo de 0,50 mm Pb, acabamento em nylon lavável. Dimensões: 30 × 45 cm ou 39 × 42 cm.	UN	3	R$506,40	R$1.519,20
38	**130160195 – EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA – SOLUÇÃO À BASE DE FUCSINA BÁSICA** Solução evidenciadora de placa bacteriana à base de fucsina básica. Frasco contendo 10 mL.	FR	200	R$3,83	R$766,00
39	**IODOFÓRMIO** Iodofórmio, em pó, embalagem contendo 10 g.	UN	180	R$32,52	R$5.853,60
40	**BROCA DE TUNGSTÊNIO PARA PEÇA DE MÃO (PM) – FORMATO BASTÃO** Broca odontológica de tungstênio para peça de mão (PM), formato bastão, com 16 mm de comprimento, corte cruzado médio (tarja azul), indicada pela especificação de fabricação para rotação de até 15.000 rpm, autoclavável.	UN	10	R$82,15	R$821,50
41	**81150006832512 – CATALISADOR (SILICONE DE CONDENSAÇÃO)** Catalisador para silicone de condensação, em pasta ou líquido, destinado à composição de silicone de condensação. Bisnaga contendo 50 g.	UN	72	R$57,15	R$4.114,80
42	**81150006832513 – LIMA K Nº 10 – 31 MM** Lima endodôntica manual tipo K, nº 10, fabricada em aço inoxidável, com 31 mm de comprimento, com resistência e flexibilidade.	UN	360	R$2,09	R$752,40
43	**CONE DE GUTA-PERCHA EM BASTÃO** Cone Guta-percha em bastão, de cor branca, composto por guta-percha, óxido de zinco, cera de polietileno, ácido esteárico, BHT, parafina e demais componentes da formulação. Caixa com 40 bastões.	CX	20	R$ 104,67	R$ 2.093,40
44	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 55 – 28 MM** Cone de guta-percha, nº 55, com 28 mm de comprimento. Embalagem com 120 unidades.	CX	8	R$28,23	R$225,84
45	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 70 – 28 MM** Cone de guta-percha, nº 70, com 28 mm de comprimento. Embalagem com 120 unidades.	CX	5	R$26,38	R$131,90
46	**81150006832518 – CIMENTO REPARADOR MTA BRANCO** Cimento reparador à base de MTA (Agregado Trióxido Mineral), na cor branca, de característica hidrofílica.	UN	10	R$67,63	R$676,30
47	**81150006832510 – BROCA DE GATES Nº 3 – 32 MM**	UN	60		R$ 455,40

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	Valor Unit.	Valor total
	Broca endodôntica tipo Gates, nº 3, fabricada em aço-carbono, com 32 mm de comprimento útil, ponta guia de 19 mm e diâmetro da ponta de 0,90 mm.			R$ 7,59	
48	**81150006832513 – LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA EM NÍQUEL-TITÂNIO (NiTi), 25 MM** Lima endodôntica rotatória, fabricada em liga de níquel-titânio (NiTi), com 25 mm de comprimento, seção transversal triangular e diferentes diâmetros de ponta e conicidades. Com as seguintes especificações: SX – diâmetro de ponta 0,19 mm; S1 – 0,18 mm, conicidade 0,02; S2 – 0,20 mm, conicidade 0,04; F1 – 0,20 mm, conicidade 0,07; F2 – 0,25 mm, conicidade 0,08; F3 – 0,30 mm, conicidade 0,09. Conjunto contendo 06 unidades.	CX	550	R$ 277,01	R$152.355,50
49	**81150006832513 – LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA EM NÍQUEL-TITÂNIO (NiTi) X1– 31 MM** Lima endodôntica rotatória X1, fabricada em liga de níquel-titânio (NiTi), com 31 mm de comprimento, diâmetro de ponta de 0,17 mm e conicidade de 0,04 (17/.04).	UN	45	R$ 87,76	R$ 3.949,20
50	**PUNCH PARA BIÓPSIA ESTÉRIL E DESCARTÁVEL Nº 06** Punch para biópsia, estéril e descartável, nº 06, com lâmina circular em aço inoxidável, haste em poliestireno e capa protetora. Diâmetro da lâmina de 6,0 mm, comprimento da haste de 8,5 cm e comprimento total de 9,5 cm. Embalado individualmente.	UN	100	R$12,39	R$1.239,00
51	**CLIP LABIAL PARA LOCALIZADOR APICAL** Clip labial para localizador apical, confeccionado em aço inoxidável, compatível com equipamentos que utilizem conexão elétrica compatível.	UN	2	R$42,17	R$84,34
52	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 30 – 28 MM** Cone de guta-percha principal, nº 30, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.	CX	10	R$ 36,08	R$ 360,80
53	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 35 – 28 MM** Cone de guta-percha principal, nº 35, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.	CX	10	R$ 34,35	R$ 343,50
54	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 40 – 28 MM** Cone de guta-percha principal, nº 40, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.	CX	10	R$ 30,09	R$ 300,90
55	**NEGATOSCÓPIO SLIM LED** Negatoscópio com iluminação por LED, luz branca e homogênea, visor com superfície plana, sistema de fixação de radiografias por ímã e possibilidade de utilização em mesa, parede ou posição inclinada. Alimentação bivolt, 127 V/220 V.	UN	28	R$270,30	R$7.568,40
56	**MOCHO ODONTOLÓGICO**	UN	35	R$505,07	R$17.677,45

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	Valor Unit.	Valor total
	Mocho odontológico com encosto tipo concha, regulagem de altura por sistema de elevação a gás com acionamento por alavanca lateral, encosto com regulagem de aproximação, base com 5 rodízios, sem apoio para braços, assento com diâmetro de 41 a 45 cm, acabamento liso e cantos arredondados. Estofamento com revestimento sem costura. Cor azul ou verde.				
57	**REGULADOR DE OXIGÊNIO** Regulador de oxigênio com dimensões aproximadas de 13,5 × 15 × 9 cm (A × L × C), peso aproximado de 1,03 kg, conexão de entrada conforme ABNT 166-1, conexão de saída roscada ISO G ¼" F, pressão de trabalho de 100 bar, válvula de segurança, filtro e intermediário com rosca macho ¼ NPT, com conexões conforme ABNT NBR 11725 e ABNT NBR 11906.	UN	2	R$351,65	R$703,30
58	**REGULADOR DE ÓXIDO NITROSO** Regulador para óxido nitroso, com dimensões aproximadas de 13,5 × 15 × 9 cm (A × L × C), peso aproximado de 1,03 kg, conexão de entrada conforme ABNT 166-1, conexão de saída roscada ISO G ¼" F, pressão de trabalho de 100 bar e válvula de segurança.	UN	2	R$325,04	R$650,08
59	**LIMA SCHLUGER Nº 9/10** Lima odontológica manual, fabricada em aço inoxidável, autoclavável, com cabo de 8 mm de diâmetro e 16 cm de comprimento.	UN	10	R$71,06	R$710,60
60	**CINZEL MICRO OSCHENBEIN 9,5 MM Nº 1** Cinzel odontológico tipo Micro Ochsenbein nº 1, com lâmina de 9,5 mm, confeccionado em aço inoxidável, cabo em alumínio, com dupla angulação.	UN	10	R$87,61	R$876,10
61	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 45 – 28 MM** Cone de guta-percha principal, nº 45, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.	CX	5	R$27,94	R$139,70
62	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 50 – 28 MM** Cone de guta-percha principal, nº 50, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.	CX	5	R$27,14	R$ 135,70
63	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 60 – 28 MM** Cone de guta-percha principal, nº 60, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.	CX	4	R$25,13	R$ 100,52
64	**CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 80 – 28 MM** Cone de guta-percha principal, nº 80, estéril, com 28 mm de comprimento. Caixa contendo 120 unidades.	CX	3	R$25,03	R$ 75,09
65	**ALGINATO PARA MOLDAGEM** Alginato odontológico tipo II para moldagem, com formulação que inclui clorexidina. Pacote com 410 gramas.	PC	500	R$27,41	R$13.705,00

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	Valor Unit.	Valor total
66	**GESSO PEDRA TIPO III** Material odontológico de alta resistência mecânica desenvolvido para a confecção de modelos de precisão em prótese dentária. Unidade com 1 kg.	UN	400	R$7,68	R$3.072,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:					**R$ 364.623,22**

Para os itens:

20 -LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA EM NÍQUEL-TITÂNIO (NiTi) – 31 MM,

48- 81150006832513 – LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA EM NÍQUEL-TITÂNIO (NiTi), 25 MM

49-81150006832513 – LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA EM NÍQUEL-TITÂNIO (NiTi) X1 – 31 MM

Marca de referência Dentsply – Protaper: a indicação da marca tem caráter meramente exemplificativo e de padrão mínimo de qualidade, assegurando a aceitação de produtos similares, equivalentes ou superiores.

Para os itens:

13-CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM – F
14-CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM – FM
15-CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM - M/ R5
16-CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIO 28 MM - R7
33-CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIA 34 MM – FM/R4
34-CONE DE GUTA-PERCHA ACESSÓRIA 34 MM – M/R5
44-CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 55 – 28 MM
45-CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 70 – 28 MM
52-CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 30 – 28 MM
53-CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 35 – 28 MM
54- CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 40 – 28 MM
61- CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 45 – 28 MM
62- CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 50 – 28 MM
63-CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 60 – 28 MM

64- **CONE DE GUTA-PERCHA PRINCIPAL Nº 80 – 28 MM**

Marca de referência Dentsply: a indicação da marca tem caráter meramente exemplificativo e de padrão mínimo de qualidade, assegurando a aceitação de produtos similares, equivalentes ou superiores.

4.1 – COMPOSIÇÃO DOS LOTES

Considerando as características técnicas dos materiais e a necessidade de compatibilidade entre determinados componentes, o julgamento das propostas observará a seguinte forma:

LOTES	ITENS
LOTE 01 – PLACA DE FÓSFORO Nº 0 E CAPA	01 e 04
LOTE 02 - PLACA DE FÓSFORO Nº 2 E CAPA	02 e 05

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

LOTE 03 - PLACA DE FÓSFORO Nº 3 E CAPA	03 e 06
LOTE 04 - CERA	07
LOTE 05 – LIMA MANUAL	08, 09 e 42
LOTE 06 – CONE DE PAPEL	10, 11 e 12
LOTE 07 – CONE DE GUTA PERCHA 28mm (ACESSÓRIO)	13, 14, 15 e 16
LOTE 08 - BROCAS	17, 18, 19 e 47
LOTE 09 – LIMA ENDODÔNTICA EM NiTi 31mm	20
LOTE 10 – CONDENSADOR ENDODÔNTICO	21 e 22
LOTE 11 - ISQUEIRO	23
LOTE 12 – PLACA PARA MOLDEIRA	24
LOTE 13 – SILICONE DE CONDENSAÇÃO E CATALISADOR	25, 26 e 41
LOTE 14 – BABADOR ODONTOLÓGICO E PRENDEDOR	27 e 28
LOTE 15 – GRAMPO PARA ISOLAMENTO	29 e 30
LOTE 16 – CLOREXIDINA	31
LOTE 17 – GEL LUBRIFICANTE	32
LOTE 18 – CONE DE GUTA PERCHA 34mm (ACESSÓRIA)	33 e 34
LOTE 19 – AVENTAL PLUMBÍFERO E PROTETOR DE GÔNODAS	35, 36 e 37
LOTE 20 – EVIDENCIADOR DE PLACA	38
LOTE 21 – IODOFÓRMIO	39
LOTE 22 – CONE DE GUTA PERCHA (BASTÃO)	43
LOTE 23 – CIMENTO REPARADOR	46
LOTE 24 – LIMA ENDODÔNTICA NiTi 25mm	48
LOTE 25 – LIMA ENDODÔNTICA X1 31mm	49
LOTE 26 – CONE DE GUTA PERCHA 28mm (PRINCIPAL)	44, 45, 52, 53, 54, 61, 62, 63 e 64
LOTE 27 – PUNCH PARA BIÓPSIA	50
LOTE 28 – CLIP LABIAL	51
LOTE 29 – NEGATOSCÓPIO	55
LOTE 30 – MOCHO	56
LOTE 31 -REGULADOR DE OXIGÊNIO/ÓXIDO NITROSO	57 e 58
LOTE 32 – CINZEL	60
LOTE 33 – ALGINATO	65
LOTE 34 - GESSO	66
LOTE 35 - LIMA SCHLUGER Nº 9/10	59
LOTE 36 - BROCA DE TUNGSTÊNIO PARA PEÇA DE MÃO (PM) – FORMATO BASTÃO	40

4.2 – JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA DISPUTA POR LOTES

Os itens **25 – Silicone de Condensação Leve/Fluido**, **26 – Silicone de Condensação Pesado/Denso** e **41 – Catalisador para Silicone de Condensação** compõem um sistema de moldagem odontológica e deverão apresentar **compatibilidade entre si**, devendo ser observada, para fins de fornecimento e utilização conjunta, a indicação do fabricante quanto à compatibilidade dos respectivos componentes. A exigência decorre da necessidade de assegurar o adequado funcionamento do sistema de moldagem, considerando as características físico-químicas dos materiais, tais como viscosidade, tempo de trabalho, tempo de presa e reação de polimerização.

A utilização conjunta de componentes não compatíveis poderá comprometer o desempenho do material, a estabilidade dimensional da moldagem e a reprodução dos detalhes, podendo interferir na qualidade dos procedimentos odontológicos realizados. Dessa forma, a exigência de compatibilidade entre os itens 25, 26 e 41 possui natureza estritamente técnica e está relacionada ao desempenho conjunto dos materiais, à padronização e à segurança dos procedimentos realizados pelo Centro de Especialidades Odontológicas.

Para os demais itens alocados em lotes, o agrupamento dos materiais odontológicos foi realizado considerando a natureza, a afinidade e a relação funcional entre os itens, bem como a viabilidade econômica do fornecimento. A medida busca conferir maior coerência à composição dos lotes e

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

favorecer a organização do fornecimento, além de ampliar a atratividade econômica da contratação. Essa consideração é especialmente relevante por se tratar de Sistema de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, no qual as aquisições ocorrerão de forma parcelada conforme as necessidades da Administração ao longo da vigência. A adjudicação isolada de determinados itens, especialmente aqueles de baixo valor estimado, pode desestimular a participação de fornecedores em razão dos custos de frete e demais despesas operacionais, tornando o fornecimento economicamente pouco atrativo.

Assim, o agrupamento por tipo de material busca conciliar a adequação técnica, a viabilidade do fornecimento e a obtenção de propostas vantajosas, sem perder de vista a competitividade do certame. A composição dos lotes preservou a afinidade entre os itens e a possibilidade de fornecimento por empresas do ramo, evitando a reunião de materiais sem relação entre si ou que possa restringir indevidamente a participação de potenciais licitantes.

4.3 – DO PREÇO ESTIMADO

A estimativa de preços foi precedida de regular pesquisa, nos moldes do **art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021** e do **Decreto Municipal nº 15.500/2022**, utilizando-se referências de preços usuais de mercado, conforme documentação acostada ao processo.

O custo estimado total da contratação é de **R$364.623,22 (trezentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos)**, apurado por meio de pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 15.500/2022, mediante a utilização de referências obtidas no **Banco de Preços e em sites especializados**, adotando-se como referência o preço médio obtido.

O valor acima é referencial e engloba todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento integral dos materiais, incluindo tributos, encargos, transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

4.4 – DAS QUANTIDADES SOLICITADAS

A estimativa dos quantitativos foi elaborada considerando a demanda apresentada pelos serviços envolvidos na contratação, a necessidade de reposição e continuidade dos atendimentos, a previsão de ampliação do **Centro de Especialidades Odontológicas – CEO para a modalidade Tipo III**, conforme Portaria GM/MS nº 10.345, de 13 de março de 2026, bem como a utilização dos materiais pelas unidades contempladas no presente Termo de Referência.

Os quantitativos foram estabelecidos de acordo com a previsão de consumo e necessidade informada pelos serviços, considerando o histórico de utilização, a demanda projetada, a necessidade de reposição e a ampliação da capacidade de atendimento.

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

A contratação tem por finalidade assegurar o abastecimento regular dos materiais odontológicos, evitando a interrupção dos atendimentos e garantindo a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Também foram contemplados quantitativos destinados a outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme as demandas apresentadas pelos respectivos serviços, nos seguintes termos:

a) Atenção Primária à Saúde – APS:

- Item 27 – Babador odontológico: **130.000 unidades**;
- Item 28 – Prendedor de babador: **120 unidades**;
- Item 31 – Clorexidina 0,12%: **150 frascos**;
- Item 38 – Evidenciador de placa: **200 frascos**;
- Item 39 – Iodofórmio: **180 unidades**;
- Item 55 – Negatoscópio: **20 unidades**;
- Item 56 – Mocho odontológico: **30 unidades**.

b) CEMAS/RX:

- Item 36 – Avental plumbífero adulto com protetor de tireoide: **3 unidades**;
- Item 37 – Protetor de gônadas: **3 unidades**.

c) SAE:

- Item 32 – Gel lubrificante íntimo: **50.000 unidades**.

Os quantitativos acima serão demonstrados na **Memória de Cálculo dos Quantitativos**, integrante do processo, com indicação da unidade demandante, consumo ou necessidade estimada, período considerado, quantitativo projetado e justificativa para o quantitativo final solicitado.

A memória de cálculo constitui documento de suporte à definição dos quantitativos e tem por finalidade demonstrar a relação entre a demanda identificada e o quantitativo previsto para a contratação.

4.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns** e não se enquadram como bens de luxo, conforme a regulamentação federal e municipal aplicável.

5 – DA VALIDADE DOS PRODUTOS

5.1 – Os produtos deverão ser entregues com **prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de entrega, salvo quando, em razão da natureza específica do produto, houver prazo de validade inferior, desde que previamente justificado e aceito pela Administração.

5.2 – Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, íntegras, adequadamente acondicionados, contendo as informações exigidas pela legislação sanitária vigente, incluindo lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável.

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

6 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 – Os produtos odontológicos ofertados deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e à legislação sanitária vigente.

6.2 – Quando aplicável, o licitante deverá informar o número de registro, notificação ou cadastro do produto junto à ANVISA/Ministério da Saúde, conforme a classificação e a regulamentação sanitária pertinente.

6.3 – Os produtos deverão possuir registro, notificação ou cadastro válido junto à ANVISA, quando exigível, na forma da legislação vigente.

6.4 – Quando aplicável ao produto, deverão ser observadas as exigências de certificação, controle sanitário, rotulagem e demais requisitos estabelecidos pelos órgãos competentes.

6.5 – Para os produtos que possuam garantia do fabricante, esta deverá ser assegurada pelo período e nas condições estabelecidas pelo fabricante, sem prejuízo das responsabilidades previstas na legislação aplicável.

6.6 – A comprovação do atendimento às especificações técnicas dos produtos ofertados será realizada **mediante a apresentação, pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, juntamente com a proposta realinhada, para fins de julgamento técnico, dos documentos pertinentes ao produto ofertado, tais como registro, notificação ou cadastro junto à ANVISA, quando exigível, catálogo, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente do fabricante, bem como, quando aplicável, documentação que comprove o atendimento às normas técnicas da ABNT pertinentes ao produto.**

6.7 – Os documentos apresentados deverão permitir a identificação do produto ofertado e a conferência de suas características com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.8 – A documentação apresentada deverá corresponder ao produto efetivamente ofertado, não sendo admitida documentação que não permita a identificação ou a verificação das características do produto.

7 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS EMPRESAS LICITANTES

7.1 – Para fins de habilitação técnica, o licitante deverá apresentar os documentos exigidos pela legislação vigente e compatíveis com o objeto da contratação.

7.2 – Quando exigível para a atividade desenvolvida, deverá ser apresentada:

I – **Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE**, expedida pela ANVISA, nos casos em que sua exigência seja aplicável à atividade e aos produtos objeto da contratação;

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

II – **Alvará ou Licença Sanitária**, expedido pelo órgão competente, compatível com as atividades e com o objeto da contratação, quando exigível;

III – **Atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento de produtos compatíveis com as características do objeto da contratação, observadas as exigências estabelecidas no edital.

7.3 – Os documentos deverão estar válidos na data estabelecida para a apresentação da documentação de habilitação, quando possuírem prazo de validade.

8 – DA VALIDADE DA ATA/CONTRATO

8.1 – O prazo de vigência da presente **Ata de Registro de Preços** será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da data de sua assinatura, observado o disposto na legislação vigente.

8.2 – Eventuais contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência conforme estabelecido no respectivo instrumento contratual e na legislação aplicável.

9 – DA GARANTIA DO CONTRATO

9.1 – **Não será exigida garantia contratual**, em razão das características e da natureza do objeto, salvo se houver previsão expressa no edital e justificativa específica da Administração.

9.2 – A garantia contratual, quando exigida, deverá observar as condições, modalidades, percentual e limites estabelecidos na legislação vigente e no instrumento convocatório.

10 – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 – O prazo de entrega será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra.

10.2 – Os materiais serão requisitados através de **entrega parcelada**, conforme Ordem de Compra, e deverão ser entregues no endereço: **Avenida Getúlio Vargas, nº 268, Almoxarifado da SEMUSA, Centro, Divinópolis/MG**, no horário de funcionamento para recebimento de materiais, das **07h30 às 10h30**.

10.3 – A Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG reserva-se o direito de não receber materiais em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

10.4 – A detentora da ata deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

10.5 – Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.6 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.7 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 – Os pagamentos serão realizados em até **30 (trinta) dias** após a entrega dos materiais, com a devida liquidação da nota fiscal.

11.2 – A empresa detentora da ata, para o recebimento dos pagamentos, fica obrigada a manter atualizadas as **certidões de regularidade fiscal**, incluindo CND Federal, FGTS e CNDT, quando aplicável.

11.3 – Caso ocorra atraso no pagamento, o mesmo sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento, através da variação do **INPC ou IPCA**, conforme a regulamentação vigente na ocasião, e de acordo com a minuta da ata de registro de preço.

11.4 – Os pagamentos serão realizados por meio de depósito bancário, razão pela qual a empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da **Solicitação de Fornecimento** que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

11.5 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.6 – Conforme **Decreto Municipal nº 15.680/2023** e orientações das **Instruções Normativas RFB nº 2.145/2023 e nº 1.234/2012 e Anexos I a V**, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços pelos órgãos da Administração Pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

11.6.1 – Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidos à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda, conforme disposto no Anexo I da **IN RFB nº 1.234/2012**, salvo hipóteses em que não haverá retenções, de acordo com seu art. 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

11.6.2 – Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informados no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de **"Informações Complementares"**.

11.6.3 – A Contratada regularmente optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime, observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável.

12 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1 – Poderão participar interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico.

12.2 – Os licitantes deverão seguir estritamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, devendo os materiais estar em conformidade com o solicitado quanto às características, material de fabricação, apresentação, condições de conservação e demais requisitos técnicos.

12.3 – A empresa contratada deverá atender às regulamentações vigentes atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante os órgãos fiscalizadores competentes, quando exigível.

12.4 – A empresa vencedora deverá atender às exigências de sustentabilidade ambiental. As contratações realizadas pela Administração Pública deverão, quando aplicável, priorizar a utilização de materiais recicláveis, com vida útil mais longa, que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos, consumam menor quantidade de matéria-prima e energia e orientem as cadeias produtivas a práticas mais sustentáveis de gerenciamento e gestão.

12.5 – O licitante deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, observando as disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável e à gestão de resíduos sólidos.

12.6 – Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, **juntamente com a proposta realinhada, para fins de julgamento técnico**, a documentação necessária à comprovação do atendimento às especificações dos produtos ofertados.

12.6.1 – Deverão ser apresentados, **quando aplicáveis ao produto ofertado**, os respectivos registros, notificações ou cadastros junto à **ANVISA/Ministério da Saúde**, bem como a

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

documentação comprobatória do atendimento às **normas técnicas da ABNT pertinentes ao produto**, quando aplicáveis.

12.6.2 – Deverão ser apresentados **catálogo, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente do fabricante**, contendo informações suficientes para a análise das características e especificações técnicas do produto ofertado.

12.6.3 – Os documentos apresentados deverão corresponder ao produto ofertado e permitir sua identificação e a conferência de suas características com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

12.6.4 – A ausência da documentação exigida, quando necessária à comprovação do atendimento às especificações, ou a impossibilidade de verificar, por meio dos documentos apresentados, a compatibilidade do produto ofertado com as exigências técnicas, poderá ensejar a não aceitação da proposta, observado o disposto no edital e na legislação vigente.

12.7 – Havendo necessidade de complementação da análise técnica, poderá ser requisitada amostra de quaisquer dos itens listados neste instrumento, quando, após análise da proposta realinhada e dos documentos correlatos, tais como catálogo, ficha técnica e documentação sanitária, mostrar-se inconclusivo o atendimento às especificações técnicas.

12.8 – Os interessados em acompanhar a análise e o julgamento técnico das amostras deverão se manifestar, após a convocação, na fase de julgamento técnico, via chat da plataforma eletrônica onde acontecerá o certame.

12.9 – As amostras, quando solicitadas, deverão ser entregues no endereço **Avenida Getúlio Vargas, nº 550, Centro, Divinópolis/MG, CEP 35.500-024**, no prazo limite de **5 (cinco) dias úteis**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

12.10 – É facultada a prorrogação do prazo estabelecido para apresentação da amostra, mediante solicitação fundamentada pelo interessado no chat da plataforma eletrônica, antes do término do prazo.

12.11 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra em desacordo com as especificações previstas, a proposta poderá ser recusada, observado o disposto no edital.

12.12 – Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

12.12.1 – Atendimento pormenorizado às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

12.12.2 – Compatibilidade das características, composição, apresentação, finalidade e demais requisitos técnicos do produto ofertado;

12.12.3 – Qualidade compatível ou superior às características mínimas exigidas neste Termo de Referência;

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

12.12.4 – Compatibilidade entre o produto ofertado e os documentos apresentados, incluindo registro, notificação ou cadastro sanitário, catálogo e ficha técnica, quando aplicáveis.

12.13 – Os resultados das avaliações técnicas serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico.

12.14 – Se a proposta do primeiro classificado não for aceita após a análise técnica e, quando solicitada, da respectiva amostra, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, procedendo-se, sucessivamente, à análise dos demais classificados, até a verificação de proposta que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

12.15 – Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e, quando tecnicamente necessário, desmontados pela equipe responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

12.16 – Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa necessários ao perfeito manuseio dos produtos, quando for o caso.

12.17 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 – A detentora da ata ou contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2 – Entregar o objeto em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, acompanhado, quando aplicável, de manual do usuário em língua portuguesa e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

13.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).

13.4 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

13.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ata ou responsável pelo acompanhamento da contratação, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

13.6 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.7 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à seguridade social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; certidão de regularidade do FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

13.8 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

13.9 – Responsabilizar-se pela qualidade, procedência e regularidade sanitária dos produtos fornecidos, observando a legislação sanitária vigente e apresentando, quando exigível, os respectivos registros, notificações ou cadastros junto à ANVISA.

13.10 – Fornecer os produtos dentro do prazo de validade estabelecido neste Termo de Referência, em embalagens originais, íntegras e adequadamente acondicionadas, quando aplicável, observando as condições de conservação e armazenamento indicadas pelo fabricante.

13.11 – Substituir, às suas expensas, os produtos que forem entregues em desacordo com as especificações, apresentarem avarias, alterações, defeitos, irregularidades ou estiverem com prazo de validade em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

14.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

14.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Edital;

14.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

14.9 – A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

14.10 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

15 - INFORMAÇÕES GERAIS:

15.1 - As sanções e penalidades serão aquelas previstas no edital e minuta de ata.

15.2 - As dúvidas em relação à especificação do item ou outras informações deste documento poderão ser esclarecidas pelo telefone: (37) 3229-6846, com Régis Gontijo Vieira.

16 - MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:

16.1 – **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.2 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

16.3 – DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: A disputa será realizada por lote conforme justificativa apresentada no tópico 4.2 deste documento.

17 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Materiais do CEO: Ficha: 996 - Fonte: 1621

Materiais da Atenção Primária: Ficha: 947 - Fonte: 1600

Materiais do CEMAS/RX: Ficha: 996 - Fonte: 1600

Materiais do SAE: Ficha: 1091 - Fonte: 1.500.913.1002

18 - GESTOR E FISCAL DA ATA:

18.1 - A execução da ata será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Diretoria de Atenção Primária e Secundária.

Gestor da ata:
Régis Gontijo Vieira - Matrícula: 99035091

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

Fiscais da ata:

Jéssica Carolina da Silva - Matrícula: 99035555

Miguel Laudares Coelho - Matrícula: 98014697

Fernanda Patrícia de Oliveira - Matrícula: 99037208

Ana Cecília Gonçalves – Matrícula: 99026300

Divinópolis, outubro de 2026.

Documento assinado digitalmente
GERALDO MANGELO DE ALMEIDA
Diretor de Atenção Secundária

Documento assinado digitalmente
SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI
Diretora de Atenção Primária

Documento assinado digitalmente
RÉGIS GONTIJO VIEIRA
Coordenador do CEO

Documento assinado digitalmente
JÉSSICA CAROLINA DA SILVA
Referência Técnica da Atenção Primária

Assinado digitalmente por JESSICA CAROLINA DA SILVA, REGIS GONTIJO VIEIRA, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código ZJ4-8NJ-E8K-GMX.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 19/10/2026 às 07:59:31

Assinantes

JESSICA CAROLINA DA SILVA

Assinou em 19/10/2026 às 08:11:04 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.212.086-**.

Eu, JESSICA CAROLINA DA SILVA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

REGIS GONTIJO VIEIRA

Assinou em 19/10/2026 às 08:11:05 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.080.876-**.

Eu, REGIS GONTIJO VIEIRA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI

Assinou em 19/10/2026 às 18:29:22 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.358.697-**.

Eu, SIMONE ALZIRA ZANARDI BURAKOWSKI, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Geraldo Mangelo De Almeida

Assinou em 20/10/2026 às 14:33:30 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.978.576-**.

Eu, Geraldo Mangelo De Almeida, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

ZJ4-8NJ-E8K-GMX